

A influência da biopolítica na constituição da vida humana: uma leitura dos dispositivos de controle em Foucault

Elinalva Pinto DE CARVALHO¹

Resumo

A problemática que fomenta o presente trabalho se pauta no desenvolvimento de um poder capaz de moldar, aperfeiçoar e construir as relações sociais humanas, a partir de, práticas voltadas ao controle da espécie. Este trabalho analisa a complexa relação entre Vida e política que configura as tecnologias de poder e seu potencial na constituição dos sujeitos. Assim, a vida se transformou em uma estratégia da política moderna, quando esta passou a gerenciar os processos biológicos da população. Esta dimensão do poder da vida rompeu com a própria concepção do que podemos compreender por vida, na qual foi investida, configurada e reconfigurada. Dessa forma, os moldes do poder sobre a vida se notabilizam pela crescente capitalização da potência da vida. Em linhas gerais o poder se apoderou de todo movimento corporal e biológico. O que percebemos foi que a vida natural (zoé) foi transformada num meio político em que uma série de investidas passam a determinar e controlar as experiências como fenômenos que interessam ao governo dos homens.

Palavras-Chave: Vida. Biopolítica. Medicalização. Segurança.

The influence of biopolitics in the constitution of human life: a reading of control devices in Foucault

Abstract

The problem that encourages this work is guided in the development of a power able to shape, refine and build human social relations, from, practices aimed at controlling the species. This study examines the complex relationship between life and politics that configures power technologies and their potential in the constitution of the subject. So life has turned into a modern political strategy when it came to managing the biological processes of the population. This dimension of the power of life broke with his own conception of what we understand by life, in which it was invested, configured and reconfigured. Thus, the power of the molds on life are notable by increased capitalization of the power of life. In general the power came upon the whole body and biological motion. What we noticed was that the natural life (zoé) was transformed into a political environment in which a number of investees begin to determine and control the experiences as phenomena of interest to the government of men.

Keywords: Life. Biopolitics. Medicalization. Security.

¹ Professora da educação básica, Graduação em Ciências Humanas-Sociologia. E-mail: elyyna04@hotmail.com

Introdução

Atualmente vivemos um momento determinante para o pensamento contemporâneo: a inquietude causada pela profunda ampliação das tecnologias de poder que capturaram a Vida na sua mais íntima e concreta materialidade biológica. Implicação que vai além do perceptível e determinam os rumos da existência humana, seja pelo viés molecular ou genético. O exercício do poder ultrapassou todas as esferas sociais e encontra-se no nível do controle da vida. Desse modo, a reflexão na qual se pauta este trabalho se baseia principalmente nos estudos desenvolvidos por Michel Foucault acerca da instauração de uma nova estratégia do poder que emerge em meados do século XVII, e difunde-se no século XVIII, momento em que a Vida se apresenta como objeto de atuação da política moderna.

Para compreendermos tais questões usaremos ainda as reflexões de Giorgio Agamben, que nos fornece uma importante análise sobre a manifestação e funcionamento dessa racionalidade e nos faz pensar nesta totalidade biopolítica preocupada em tornar a Vida uma mera condição biológica, como nos mostra o filósofo italiano ao recorrer ao conceito de *Vida nua* para explicitar o interesse da ação do poder sobre a vida. Isto enfatiza o problema no qual nos deparamos, quando a vida reduzida simplesmente ao fator biológico nos coloca numa dimensão inédita, sem precedentes, nesta empreitada da política contemporânea, pois, o que está em questão é a construção de uma tecnologia que visa administrar a vida humana, aumentar suas potencialidades, isto levanta a incerteza dessa lógica política no qual a prioridade é investir no cuidado com a vida, um cuidado estratégico que revela ser na mesma proporção ameaçador e útil quanto perigoso à manutenção da vida.

Assim, nossa preocupação percorre principalmente as análises de Foucault quanto a complexidade de um novo modelo da racionalidade do poder que recaiu sobre todo o campo social e inseriu a vida humana nas engrenagens das tecnologias políticas e que regulados por normas e discursos marcam a extensão dos domínios e dimensões desse controle sobre a vida. Seguindo essas constatações, Foucault, nos oferece ferramentas analíticas-conceituais para pensarmos essa transformação na

configuração dos regimes no exercício do poder, para isto ele opôs-se a abordagem do pensamento tradicional clássico quanto a questão do poder, do sujeito.

O novo segmento do poder passa a gerir a população, cuidar de suas potencialidades, regular a vida humana, inserir no plano de uma moral do corpo, estratégia fundamental para manter os sujeitos assujeitados ao poder. Relação que apoiada ao saber e poder médicos guia a sociedade por padrões de normalização respaldados por uma lógica do bem-estar social da população. A partir desta transformação nos discursos do poder que instala-se uma sociedade regulamentada e regulada pela norma, a qual vai possibilitar o controle tanto do corpo quanto da população, o elo entre os mecanismos disciplinares e reguladores, não é simplesmente um poder que reduz a capacidade de ação dos indivíduos, mas, prioriza manter o sujeito inserido à flexibilidade biopolítica. Apresentamos uma análise voltada à compreender a dinâmica dos dispositivos biopolíticos, sobretudo, as normalizações e regulações que estes mecanismos exercem e influenciam nas condições da vida, ainda ressaltamos a lógica de um saber, um conhecimento vinculado às práticas biomédicas intrincadas no interior do campo social que se embasam nas políticas de intervenção sobre a vida no qual o poder biopolítico investe. Visam um melhoramento do corpo humano através do processo de medicalização social que tem-se realizado seja cuidando das condições de vida, seja induzindo os sujeitos a buscarem certos padrões considerados saudáveis numa sociedade de regulação. Dessa forma, a eficácia social da medicina enquanto tecnologia biopolítica almeja um corpo saudável, pois representa maior aproveitamento de suas competências para serem utilizados pelo capital, pelo Estado e pelas tecnologias de poder.

Este apanhado dos dispositivos biopolíticos nos permite identificar como ocorreu esta transformação no direito político, enfatizamos como a dimensão social foi esquadrihada pelos dispositivos de segurança. Por este ângulo expõe-se ainda a capacidade desses dispositivos, dessas práticas biopolíticas em regular e intervir na constituição do sujeito. Pois, essencialmente, o poder biopolítico contorna as vidas, e vidas que servem como motor às tecnologias políticas, um poder que vibra a cada movimento que faz dos homens, vidas nuas. A biopolítica, neste sentido, apresenta

sua face como um labirinto no qual os sujeitos estão dispostos e organizados conforme a racionalidade política.

Bíos e Zoé: Uma Concepção Filosófica da Vida

Reflexões acerca da Vida faz-se presente no pensamento filosófico, acompanha as indagações éticas da humanidade, está nas preocupações dos discursos médico-científico, entretanto, a importância que adquiriu na modernidade para o poder político são inegavelmente absurdas. Um verdadeiro horizonte se abre frente as tecnologias políticas que envolveram a vida dos sujeitos, esta configuração entre política moderna e Vida não deve ser subestimada. Desse modo, esta relação dá-se quando a vertente política do poder soberano de *fazer morrer ou deixar viver* se transforma em virtude da entrada da vida nos cálculos do poder, ou seja, quando o discurso político passa ao patamar biológico, a vida ganha novos contornos que a colocam no centro das estratégias do poder, torna-se acessível a manipulações, a intervenções; fazem-na um experimento que por um lado desenvolve sua potencialidade e por outro expõe-na a riscos. No século XVIII, o Ocidente presenciou esta transformação do Direito político, onde se constituiu essa dimensão do controle sobre os sujeitos, ou seja, com a anátomo-política e biopolítica da espécie humana que o poder sobre a vida se desenvolveu e a política ocidental moderna incumbiu-se de administrar todo o espaço vital dos indivíduos. Através deste deslocamento a vida humana se desenvolve como instrumento para o exercício do poder.

Todo o arcabouço teórico-prático do biopoder se estrutura dentro destes polos: do corpo à vida e encontrará nos dispositivos da biopolítica o elo que proporcionará o controle dos indivíduos modificando a própria concepção do que entendemos por vida, pois tudo diante dessa conjuntura política é suscetível a intervenção. Afim de controlar seus acidentes a nova modalidade do exercício do poder abre infinitas possibilidades que administram a vida, ou seja, uma política sobre corpos governáveis (população) normais, produtivos e ativos. Com estas mudanças no regime dos Governos a atenção se volta à gestão das populações que será tratada como um problema político, isto é, qualquer problema que tornasse os indivíduos improdutivos e demandassem perdas econômicas para o mercado seriam elaboradas

estratégias, técnicas mais eficientes que estimulassem e prolongassem a vida dos sujeitos. Neste aspecto, ressalta Pelbart (2011, p. 62) “quando o poder já não incide sobre um território, mas sobre uma população, a vida biológica e a saúde da nação tornam-se problemas políticos, que fazem o governo ser governos dos homens”.

Assim, a importância dos sujeitos para os Estados se encontra no nível do biológico, dos fenômenos que corrompem a vitalidade do corpo-espécie como as doenças, endemias, epidemias, morte. Para isto serão implantados programas de melhoria da saúde pública objetivando não apenas o controle do corpo social, mas normalizá-lo. Será levado em consideração “a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação” (FOUCAULT, 2005, 294)

Todos estes procedimentos tomados pelo poder biopolítico norteiam a produção de saberes que lhes dá acesso a vida, saberes como a estatística, a demografia, a medicina, etc., formam alguns dos mecanismos postos a ação para administrar os corpos. Neste aspecto, esta política da vida rompeu com as fronteiras do espaço humano. Todas as estratégias bio-políticas se concentram em desenvolver mecanismos de controle que se moldam constantemente, pois a lógica desse poder da vida não trabalha com a repressão, mas se constitui como um poder que, teoricamente, respeita a liberdade humana, ou seja, um regime de poder que através dos discursos científicos, médicos, produzem efeitos de “verdade”. Dessa forma, os indivíduos tendem a se perceberem como sujeitos plenos no exercício de sua autonomia, de sua liberdade, e não como seres assujeitados atravessados pela mecânica do poder, efeito obtido pelos padrões de normalidade. Esta vida foi incluída nos discursos da política moderna pela qual se organiza uma rede de informações em torno dos sujeitos e, que, diante das tecnologias políticas que investem na sua formatação, o EU² que compõe a consciência humana se encontra no limiar desta investida biopolítica: administração dos movimentos do corpo ao controle das variações da vida. Ou seja, a subjetividade é o ponto de intersecção da atuação dos poderes sobre a vida pelo qual o controle exerce

2 “[...] em todas as sociedades, existem outros tipos de técnicas, técnicas que permitem aos indivíduos efetuarem um certo número de operações sobre seus corpos, sobre suas almas, sobre o seu próprio pensamento, sobre a sua própria conduta, e isso de tal maneira a transformarem-se a eles próprios, a modificarem-se, ou a agirem num certo estado de perfeição, de felicidade, de pureza, de poder sobrenatural e assim por diante. Chamemos a estes tipos de técnicas as técnicas ou tecnologias do eu” (FOUCAULT, 1999, p. 04)

sua máxima eficácia, a mapeiam tornando-a o elemento indispensável, portanto, da gestão governamental. Enfim, ao observar os fenômenos inerentes à vida que ocorrem para enfraquecê-la foi possível obter o conhecimento sobre sua funcionalidade e aplicar medidas de intervenção.

Uma vida fabricada pelas técnicas do poder afeta diretamente a constituição dos sujeitos, não por uma imposição, mas o uso de um discurso científico, no qual afetará a subjetividade dos indivíduos. Segundo Foucault (2008a, p. 140), diante das estratégias do governo a população “aparece como consciente, [...], do que ela quer, e também inconsciente do que a fazem fazer”. Estas reflexões, sobre os desdobramentos que levaram a vida a ser objeto do poder, nos possibilita entender o quadro político moderno ou biopolítico, onde poderíamos denominar como uma politização da vida (*zoé*), ou seja, quando a política se encarregou de cuidar, administrar os corpos mantendo-os saudáveis para que o próprio Governo pudesse manter sua força e potência econômica.

A organização das tecnologias de poder em torno da vida significou segundo Foucault entrar na era do biopoder, um investimento no qual foi necessário ao desenvolvimento do capitalismo, pois para Michel Foucault (2009, p. 153) foi a “inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos”, que se desenvolveu está importância de cuidar da vida, onde adquiriu um valor para o capital. Talvez um dos pontos de análise que mereça um cuidado especial, no entanto a abordagem dessa problemática não será desenvolvida diretamente neste trabalho, nosso foco prioriza investigar a Vida humana enquanto objeto de uma nova postura política que através de sofisticados e imperceptíveis mecanismos a controlam em sua multiplicidade biológica e transformam-na num meio, um “produto” no qual os governos podem utilizar. Dessa forma, a vida do humano, se por um lado segundo Pelbart (2011, p. 13) “tornou-se o alvo supremo do capital. Por outro, a vida mesma tornou-se um capital, senão ‘o’ capital por excelência, de que todos, e qualquer um, dispõem, virtualmente, com consequências políticas a determinar.”

A chave para se compreender como a vida ingressou nas pretensões do poder biopolítico pode ser esboçada a partir do pensamento dos gregos, no qual o conceito ou o termo vida era entendido diante de duas palavras, *bíos* e *zoé*, embora distintas semântica e morfológica, expressam esta problemática relação entre vida e política que acompanha os sujeitos na modernidade. Em *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*, Giorgio Agamben (2007, p. 09) retoma esta concepção de vida que tanto a biopolítica envolve em seu campo de atuação, no qual “*zoé* exprimia o simples fato de viver comum a todos os seres vivos (animais, homens ou deuses) e *bíos*, que indicava a forma ou maneira de viver própria de um indivíduo ou de um grupo”.

Nesta perspectiva, a *zoé* representa a vida natural (vida nua) característica dos seres vivos, podemos dizer que se trata dos fenômenos que atualmente se encontram na dimensão do controle da biopolítica como: as taxas de natalidade, longevidade, envelhecimento, etc. Ao regime da biopolítica importava não apenas coibir os sujeitos, mas manter sob regulação, formular regras de como deve ser a forma de cuidar do próprio corpo, que alimentos consumir, qual a melhor maneira de prolongar a vida e diminuir os gastos com doenças, seu próprio meio de existência constituirão o saber biopolítico. A questão da vida biológica (*zoé*) não entrava nas preocupações da esfera política, pois pertencia ao próprio sujeito cuidar de sua defesa, daquilo que a afetasse, ou seja, neste aspecto a ação política não interferia nos modos de vida do homem, ela não se encarregava de suas condições naturais.

Quanto a *bíos* entendida também como vida qualificada, vai além da vida biológica diz respeito a certa característica particular dos sujeitos, ou seja, o modo como viviam na sociedade, a prática que lhes conferia um status político, isto é, uma vida social, onde se firmaria dentro da *pólis* grega. Este viver, segundo a *bíos* está ligado à vida política dos sujeitos. A forma como os gregos pensavam no conceito vida distinguindo *zoé* de *bíos* nos permite fazer esta distinção entre o que estaria no campo político e o que foi absorvido pela biopolítica.

Nesta perspectiva, a *zoé*, vida nua, foi inserida no universo político tornando o humano um objeto no qual recai todo o discurso político contemporâneo. Hoje o poder sobre a vida ultrapassa os âmbitos do público e privado. Este poder penetrou

todos os domínios possíveis, sua atuação política lança seu olhar para a vida. Uma vida que pode servir para alavancar o poder dos Estados, pois depois de ser incluída no centro político, como menciona Agamben (2007, p. 18) “ela não conhece outro valor senão a vida”. Esta vida nua que foi convertida em “vida politicamente qualificada” aparece indistinta da *bíos*. Dessa forma “a vida natural começa, por sua vez, a ser incluída nos mecanismos e nos cálculos do poder estatal, e a política se transforma em biopolítica” (AGAMBEN, 2007, p. 11). Uma transformação que destravou as possibilidades de controle da vida não uma simples intervenção, mas manipular e reinventar novas formas de viver e ser. Tudo o que o conhecimento sobre o humano desenvolve se encontra sob perspectiva biopolítica, no centro dos debates a vida emerge como o elemento que caracteriza a política moderna.

Entramos num regime no qual os processos biológicos tornaram-se o centro das investidas do poder político que tendem a conservá-la, este poder se ocupará de toda a extensão da vida, na medida em que se transformaram em problemas e preocupações da política, ou seja, a higiene, a saúde, doenças, a morte, etc. Nesta via destaca Michel Foucault:

O que se poderia chamar de “limiar de modernidade biológica” de uma sociedade se situa no momento em que a espécie entra como algo em jogo em suas próprias estratégias políticas. O homem durante milênios, permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo e, além disso, capaz de existência política; o homem moderno é um animal, em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão. (FOUCAULT, 2009, p. 156)

A partir disto entra em vigor uma política. Uma política que cuidará do vivo, do homem vivo. Percebe-se então o impacto desta inversão política e da importância dos escritos foucaultianos para se compreender os mecanismos do poder que jogam com a vida dos sujeitos. Se antes os homens eram capazes de fazer política, de manejar seu discurso afim de estabelecer relações com a comunidade social, pois o homem cuidava da política, como deveria ser, que atos tomar, no entanto com este cenário biopolítico, quando o homem é situado no lugar de objeto do poder, ou seja, a política que determina o homem? Esta política contemporânea cuida e governa por

meio dos processos biológicos do homem-espécie. Corresponde ao controle da natalidade, morte, vacinação, saneamento, condições de moradia, enfim, medidas que visam o bem-estar dos sujeitos.

Constata-se que esta linguagem biopolítica coloca em cheque a existência humana, onde estas modernas técnicas de aperfeiçoamento do corpo social esquadrinhou a vida e nada escapa ao controle dessa nova configuração política que cuidará dos efeitos nocivos sobre a vida, os riscos das doenças que atacam todo o tecido social. Esse processo pelo qual a espécie humana entrou nos cálculos do poder sobre a vida, onde a partir do domínio dos corpos, ou seja, do seu saber sobre os indivíduos, foi capaz de desenvolver técnicas, mecanismos, e eficientes estratégias. Isto encadeou o desbloqueio dessa nova realidade respaldada por desenvolver tecnologias de poder que dominam o micro espaço social, criam-se espaços, formas de viver de acordo com a articulação do poder da vida sobre a vida dos sujeitos. Segundo Foucault (2005, p. 292) na teoria do direito o poder só conhecia o indivíduo e a sociedade diante do contrato. O poder na sociedade disciplinar se interessava em construir um corpo dócil e útil, conheciam apenas o indivíduo. A partir do século XVIII, a vida biológica começa a ser o fundamento do poder.

Entretanto, mesmo havendo esse controle da vida exercido pelo “fazer viver e deixar morrer”, alerta Foucault, com o surgimento dessa nova tecnologia de poder não houve uma substituição de uma sociedade por outra, como ocorria na Idade Média da soberana que “fazia morrer e deixava viver” ao governo da vida, mas um ajuste entre estas modalidades no exercício do poder, em outras palavras “um triângulo - soberania, disciplina e gestão governamental - uma gestão governamental cujo alvo principal é a população e cujos mecanismos essenciais são os dispositivos de segurança” (FOUCAULT, 2008a, p. 143). Cujas metas são o controle das populações, assim, enfatiza o filósofo francês “a biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só termo científico e político, como problema biológico e como problema de poder” (FOUCAULT, 2005, p. 293)

Os problemas da população postos ao nível das táticas do governo, ou seja, com esta progressiva valorização a vida biológica se transformou em verdadeiras

formulas do “fazer viver”. Se agora o poder passou à gestão da vida, se sua preocupação se voltou em manter protegida contra os excessos do soberano: contra as penas de morte, as torturas, etc., não foi por conta de sentimentos como diz Foucault (2009, p. 150) “humanitários”, mas trata-se da lógica de ser do próprio poder, ou seja, apesar de trabalhar para evitar que esses corpos-espécie sofram ataques e prejudiquem a malha populacional, interessa-lhe até o momento em que esta vida representa ganhos econômicos, isto é, quando possuem um corpo saudável e sirva ao Estado, ao regime da biopolítica. Dessa forma, de acordo com Foucault, essas ações fazem parte dos mecanismos de controle da biopolítica, ou seja, suas medidas incluem e respondem:

[...] um poder que tem a tarefa de se encarregar da vida terá a necessidade de mecanismos contínuos, reguladores e corretivos. Já não se trata de pôr a morte em ação no campo da soberania, mas de distribuir os vivos em um domínio de valor e utilidade. Um poder dessa natureza tem de qualificar, medir, avaliar, hierarquizar, mas do que se manifestar em seu fausto mortífero; não tem que traçar a linha que separa os súditos obedientes dos inimigos do soberano, opera distribuições em torno da norma. (FOUCAULT, 2009, p. 157)

Nestas considerações o Estado deve fornecer as condições necessárias a sobrevivência da população, pois para mantê-la como uma ferramenta do seu poder e da produção de riquezas será preciso investir. Investir desde o cuidado com os corpos, a manutenção do meio ambiente e desenvolver políticas de higienização social. Esta vida coletiva que exigem cuidados, pois trata-se de um corpo que se diferencia da sociedade disciplinar, mais complexo sem limites de intervenção “é um novo corpo: corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças” (FOUCAULT, 2005, p. 292). Esse poder é responsável por introduzir uma nova concepção de vida, do que concerne ao poder, quais zonas de atuação percorre o biopoder. Percebemos uma continuidade desse poder da vida a qual se articulam as estratégias disciplinares e os mecanismos da biopolítica sobre a população, mecanismos que a regulam e que segundo Foucault:

[...], induzem comportamentos de poupança, por exemplo, que são vinculados ao hábitat, à locação do hábitat e, eventualmente, à sua compra. Sistemas de seguro-saúde ou de seguro velhice; regras de higiene que garante a longevidade ótima da população; pressões que

a própria organização da cidade exerce sobre a sexualidade, portanto sobre a procriação; as pressões que exercem sobre a higiene das famílias; os cuidados dispensados às crianças; a escolaridade, etc. (FOUCAULT, 2005, p. 300)

Quando passamos à uma política que domina o vivo essa transformação modificou toda a estrutura social que nos levou segundo Foucault (2005, p. 294) “agir de tal maneira que se obtenham estados globais de equilíbrio”. Ou seja, esses fenômenos nos quais se tornaram o centro das intervenções políticas fazem parte das estratégias do poder para manter a população livre de doenças e evitar aquelas mortes permanentes (endemias). Temos, pois, uma “sociedade de normalização” que regulam os hábitos, interferem na existência humana, logo, tudo se torna visível a este poder e a vida se encontra no centro do poder biopolítico.

Os dispositivos de controle sobre a vida: normalização e segurança

As três primeiras aulas no curso *Segurança, Território, População* (1977-1978) no Collège de France Michel Foucault se dedica a discursão sobre os dispositivos de segurança utilizados pela biopolítica. Atentamos para esta questão dos dispositivos para melhor compreendermos a dimensão deste poder da vida. Por meio dos dispositivos se manifesta o poder sobre a vida que encontra na população o fortalecimento dos mecanismos da biopolítica. O modelo de gestão do poder que instaurou nas sociedades modernas inaugura uma racionalidade política que vem administrar e controlar as variações da vida em sua multiplicidade biológica, pois a força do poder depende da manutenção do corpo social. Assim, quanto mais a racionalidade biopolítica adentra a vida maior o nível de controle sobre o homem-espécie.

Neste sentido, a política moderna determina as condições de existência humana, utiliza mecanismos mais sutis que viabilizam sua gestão massiva sobre a vida dos sujeitos e que a faz agir incessantemente na captura contínua dos corpos ao aparelho de administração do Estado que por meio dos dispositivos de poder assegura o bem-estar e normalização da população. Assim, a biopolítica associada ao poder do Estado transcende em suas instâncias os limites da gestão governamental ao tomar a vida como

instrumento de suas ações. Este novo efeito do poder sobre a população decorre, como vimos, das técnicas disciplinares as quais mantinham uma relação de docilidade e utilidade sobre o indivíduo, e do controle regulamentador da “biopolítica da população”. Nestas duas modalidades do poder encontramos a norma como o dispositivo³ que vai aplicar medidas capazes de controlar tanto o corpo individual quanto o corpo populacional, segundo Foucault (2005, p. 302) “a norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar”. Portanto, a norma classifica, disciplina, planeja seus próprios discursos para atingir e manter um equilíbrio entre indivíduo e população, entre os mecanismos que disciplinam o corpo aos que regulamentam a vida. Isto é, através da norma o poder biopolítico insere a vida num quadro mais global, mais geral da intervenção e controle que ao invés de impor, proibir, etc. o poder *normaliza*, sua pretensão é incluir tudo aos discursos da racionalidade biopolítica.

A norma sob uma perspectiva foucaultiana deve ser compreendida como tática que coordena as ações dos sujeitos e não como uma prática que ressalta o poder jurídico (lei), falamos de técnicas de normalização da biopolítica os processos que induzem os indivíduos a agir conforme as determinações do poder. O regime disciplinar “obscurecia” os sujeitos no sentido de que os encerrava em espaços fechados (hospitais, prisões, escolas, fabricas, etc.), ou seja, não permitia o *laisser-faire*⁴, quer dizer, os mecanismos disciplinares controlavam todos os espaços da circulação e não deixaram

3 Algumas considerações a respeito desse conceito. *Microfísica do poder* (1998, p. 244). Michel Foucault. “Um conjunto heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. Em segundo lugar, gostaria de demarcar a natureza da relação que pode existir entre estes elementos heterogêneos. Sendo assim, tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; [...]. Em suma, são estes elementos, discursivos, ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes. Em terceiro lugar, entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante. [...] existe aí um imperativo estratégico funcionando como matriz de um dispositivo, que pouco a pouco tornou-se dispositivo de controle-dominação da loucura, da doença mental, da neurose”. Agamben (2009, p. 43-44) ainda ressalta a importância deste conceito para o pensamento de Foucault e esclarece que “os dispositivos não são um acidente em que os homens caíram por acaso, mas tem a sua raiz no mesmo processo de “hominização” que tornou “humanos” [...] Na raiz de todo dispositivo está, deste modo, um desejo demasiadamente humano de felicidade, e a captura e a subjetivação deste desejo, numa esfera separada, constituem a potência específica do dispositivo.

4 Algumas considerações a respeito dessa relação do *laisser-faire* com as disciplinas e suas regulações sobre o corpo no qual sua eficiência dependia de instrumentos que vigiassem, controlassem e sujeitasse o sujeito, segundo Foucault, (2008a, p. 59-60) “[...] “A disciplina, por definição, regulamenta tudo. A disciplina não deixa escapar nada. Não só ela não permite o *laisse-faire*, mas seu princípio é que até as coisas mais ínfimas não devem ser deixadas entregues a si mesmas. A menor infração à disciplina deve ser corrigida com tanto maior cuidado quanto menor ela for. [...] Em outras palavras, a maneira como a disciplina trata do detalhe não é, em absoluto, a mesma maneira como os dispositivos de segurança tratam dele. A disciplina tem essencialmente por função impedir tudo, inclusive e principalmente o detalhe”.

entregues ao aleatório, a liberdade dos sujeitos na sociedade disciplinar era cuidadosamente determinada e articulada, era uma estratégia que visava padronizar o comportamento e, assim conduzir os gestos, os desejos, etc. Enfim, dessa forma que atingia os corpos individuais, trabalhando na mecânica dos movimentos, no seu adestramento, em submeter os indivíduos a docilidade e utilidade, todavia a amplitude de seu poder não os alcançava completamente, ou seja, o corpo era a prioridade, mas as disciplinas dedicavam-se a maximizar suas forças por meio do corporal, e assim esqueciam do corpo biológico, de preponderar seu fator como suporte vital a administração e gestão da vida.

Constata-se, então, a necessidade de um poder que desse conta da nova organização social da sociedade, de pôr em funcionamento procedimentos que combinassem o controle do biológico, pois, a norma da sociedade disciplinar⁵, suas técnicas, seus mecanismos não foram o suficientes para controlar a multiplicidade da vida tanto no seu aspecto econômico quanto político. Assim “Os traços biológicos de uma população tornam-se fatores relevantes para a administração econômica e torna-se necessário organizar ao seu redor um aparato que vai afirmar não apenas a sua sujeição mas também o crescimento constante de sua utilidade” (Foucault, 1980, p.172 apud Maia, 2011, p.71)

Assim, podemos dizer que a norma funciona como dispositivo de saber onde se caracterizam os discursos que invadem o campo social, ou seja, os discursos sobre normas sociais visam uniformizar as condutas, os comportamentos, a certos padrões considerados saudáveis postos em funcionamento pelas estratégias do poder e que concentram suas estratégias não apenas para melhorar a Vida, mas planejar sobre o próprio meio. Ou seja, aperfeiçoar e modificar as condições da existência humana. A vida do homem-espécie tomada pela política nas sociedades contemporâneas se encontra em todas as direções, exposta, ao regime biopolítico, que planeja “saídas” para os problemas do governo da população, problemas que envolvem doenças, epidemias, a velhice, migrações, a sexualidade, etc. Buscam através de mecanismos

5 “A normalização disciplinar consiste em primeiro colocar um modelo, um modelo ótimo que é construído em função de certo resultado, e a operação de normalização disciplinar consiste em procurar tornar as pessoas, os gestos, os atos, conforme a esse modelo, sendo normal precisamente quem é capaz de se conformar a essa norma e o anormal quem não é capaz” (FOUCAULT, 2005, p. 75)

aperfeiçoar o funcionamento desse organismo vivo cujo objetivo é bloquear seus riscos, potencializar a vida e posteriormente utilizar essas forças.

Segundo Foucault (2008a, p. 15) poderíamos falar de mecanismos reguladores (biopolítica) capazes de “modificar o destino biológico da espécie”, age sobre a realidade dos corpos e não se manifesta simplesmente por meio de práticas para controlar a Vida: como intervir na natalidade, melhorar sua longevidade, definir o que deve ou não fazer os indivíduos com seus corpos, mas trata-se de uma forma de governar a vida, de cuidar de suas diferenças, de garantir que os indivíduos se submetam as ações de controle, de vigilância, intervenção, etc. Pois, estas medidas facilitam o processo de gestão da vida dos sujeitos. A ação biopolítica impulsiona o desenvolvimento de estratégias políticas que assegurem o controle da população, cria caminhos que levará tanto ao “fazer viver como deixar morrer” um poder que administra o corpo coletivo (*populações*) e que determina sobre a conduta dos sujeitos, sobre o permitido e não permitido e com isto surgem novos rumos para se pensar o caráter da política nas sociedades contemporâneas, isto é, depois que a vida foi capturada e entrou no cálculo de um governo da vida e o sujeito se encontra reduzido a um objeto biológico pode-se criar discursos que validam sua intervenção sobre o todo que cerca os indivíduos.

Discursos que se encontram no nível científico e que dão forma às estratégias biopolíticas incluem o cuidado com a higiene, a saúde, as doenças, contaminações e que abrangem ações que se legitimam no âmbito dos regimes de verdades. Para estas medidas que visam promover a vida, o poder biopolítico busca conduzir “seus acontecimentos aleatórios”. Todas as estratégias visam encompridar a vida, esbarrar seus perigos, ou seja, tudo vai entrar no cálculo de um poder que faz o homem-espécie ser o objetivo de uma tecnologia de poder:

[...] que agrupa os efeitos de massas próprios de uma população, que procura controlar a série de eventos fortuitos que podem ocorrer numa massa viva; uma tecnologia que procura controlar (eventualmente modificar) a probabilidade desses eventos, em todo caso em compensar seus efeitos. É uma tecnologia que visa portanto

não o treinamento individual, mas, pelo equilíbrio global, algo como uma homeostase: a segurança do conjunto em relação aos seus perigos internos. (FOUCAULT, 2005, p. 297)

Os dispositivos de segurança⁶ implementam o poder do governo sobre a vida, são técnicas sofisticadas, sutis que colocam em jogo o destino biológico da espécie, a induzem procurar por melhores condições de saúde, bem-estar, trata-se de revitalizar o corpo social.

Neste aspecto dos dispositivos de segurança como instrumento de controle biopolítico sobre a população seu efeito ocasiona um estado normalizador dos comportamentos o qual visa enquadrar os indivíduos aos interesses dos Estados, corrigir hábitos considerados desviantes dentro de uma sociedade de normalização, ou seja, conforme pontua Foucault:

A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação. Dizer que o poder, no século XIX, tomou posse da vida, dizer pelo menos que o poder, no século XIX, incumbiu-se da vida, é dizer que ele conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina, de uma parte, e das tecnologias de regulamentação, de outra. (FOUCAULT, 2005, p. 302)

Neste sentido, convém destacar uma intrínseca relação entre os dispositivos de poder desenvolvidos pela biopolítica e a vida humana, os quais a contornam, administram sua multiplicidade, elaboram normas que delimitam o espaço onde a vida

6 É fundamental apontar em que sentido Foucault compreende esse conceito de *segurança* quando se refere ao poder de gestão da vida biológica. “É simples, é infantil, mas vamos começar por aí e creio que isso me permitirá dizer um certo número de coisas. Seja uma lei simplíssima, na forma de proibição, digamos, ‘não matarás, não roubarás’, com sua punição digamos, o enforcamento, ou o desterro, ou a multa. Segunda modulação, a mesma lei penal ainda, ‘não matarás’, ainda acompanhada de certo número de punições se for infringida, mas desta vez o conjunto é enquadrado, de um lado, por toda uma série de vigilâncias, controles, olhares, esquadrinhamento diversos que permitem descobrir, antes mesmo do ladrão roubar, se ele vai roubar, etc. E, de outro lado, [...] impondo ao culpado toda uma série de exercícios, de trabalhos, trabalho de transformação na forma, simplesmente, do que se chama de técnicas penitenciárias, trabalho obrigatório, moralização, correção, etc. Terceira modulação a partir da mesma matriz: seja a mesma lei penal, sejam igualmente as punições, seja o mesmo tipo de enquadramento na forma de vigilância, de um lado, correção, do outro. Mas, desta vez, a aplicação dessa lei penal, a organização da prevenção, da punição corretiva, tudo isso vai ser comandado por uma série de questões que vão ser perguntas do seguinte gênero, por exemplo: qual é a taxa média de criminalidade desse [tipo]? Como se pode prever estatisticamente que haverá esta ou aquela quantidade de roubos num momento dado, numa sociedade dada, numa cidade dada, na cidade, no campo, em determinada camada social, etc.? [...]” (FOUCAULT, 2008a, p. 6-7) Com base nisso vemos que para *segurança* não se atribui apenas uma significação nos termos de repressão, punição, mas se aplica como uma estratégia, estratégia que calcula os eventos que possam prejudicar o funcionamento social.

se organiza, não pelo fato de proibirem, mas por delimitar o aceitável, é neste nível que os mecanismos de segurança se apoiam. Pois, de acordo com Foucault:

A segurança vai se apoiar em certo número de dados materiais. Ela vai trabalhar, é claro, com a disposição do espaço, com o escoamento das águas, com as ilhas, com o ar, etc. [...]. Trata-se simplesmente de maximizar os elementos positivos, de poder circular da melhor maneira possível, e de minimizar, ao contrário, o que é risco e inconveniente, como o roubo, as doenças, sabendo perfeitamente que nunca serão suprimidos. [...], logo vai-se trabalhar com probabilidades. (FOUCAULT, 2008a, p. 26)

Sob estas medidas os dispositivos de segurança agem preventivamente considerando os efeitos negativos que podem vir a prejudicar o corpo social. Logo, procuram eliminar, ou minimizar quaisquer possíveis danos a população. Para isto transformam a realidade, buscam mostrar que esses impactos interferem na qualidade de vida dos indivíduos. Os dispositivos de segurança permitem fortalecer o meio onde aparecem essas causalidades, se apresentam como ponto de partida para as transformações que visam assegurar a circulação do meio à população e aquilo que a prejudique. Neste sentido, a segurança age essencialmente para “responder a uma realidade de maneira que essa resposta anule essa realidade a que ela responde-anule, ou limite, ou regule” (FOUCAULT, 2008a, p. 61).

No contexto deste poder sobre a vida tão notadamente instrumento das tecnologias biopolíticas, onde articulam-se a população à uma política (biopolítica) que conduz friamente a vida pelo qual a regula, normaliza, ou seja, os processos biológicos passam integrar as políticas governamentais a fim de garantir a estabilidade do corpo social à produção econômica. Assim, os dispositivos de segurança aparecem como fundamental neste jogo que objetivam e subjetivam os indivíduos. Para isto, funcionam como mecanismos de regulação em relação aos efeitos de custo e benefício que ao invés de aplicar castigo, restrição, proibição sobre o corpo como as disciplinas. Ou seja, “em vez de instaurar uma divisão binária entre o permitido e o proibido, vai-se fixar de um lado uma média considerada ótima e, depois, estabelecer os limites do aceitável [...]” (FOUCAULT, 2008a, p. 9). A segurança calcula, e calcula os detalhes no nível da

população. Isto é, um cálculo sobre a punição, a criminalidade, a escassez alimentar, o roubo, as doenças, enfim uma série de acontecimentos que faz-se circular no meio. Destaca Foucault:

Os dispositivos de segurança trabalham, criam, organizam, planejam um meio antes mesmo da noção ter sido formada e isolada. O meio vai ser portanto aquilo em que se faz a circulação. O meio é um conjunto de dados naturais, rios, pântanos, morros, é um conjunto de dados artificiais, aglomeração de indivíduos, aglomeração de casas, etc. O meio é certo número de efeitos, que são efeitos de massa que agem sobre todos os que aí residem. [...] E, enfim, o meio aparece como um campo de intervenção em que, em vez de atingir os indivíduos como um conjunto de sujeitos de direito capazes de ações voluntárias – o que acontecia no caso da soberania –, em vez de atingi-los como uma multiplicidade de organismo, de corpos capazes de desempenhos, e de desempenhos requeridos como na disciplina, vai se procurar atingir, precisamente, uma população. Ou seja, uma multiplicidade de indivíduos que são e que só existem profunda, essencial, biologicamente ligados à materialidade dentro da qual existem. O que vai se procurar atingir por esse meio é precisamente o ponto em que uma série de acontecimentos, que esses indivíduos, populações e grupos produzem, interfere com acontecimentos de tipo quase natural que se produzem ao redor deles. (FOUCAULT, 2008a, p. 28)

São estas estratégias que intensificam o domínio sobre o vivo e que passam a organizar, controlar e regular a vida humana, organizar a sociedade por meio dos dispositivos que agem localmente na (higiene, saúde, controlar as taxas de natalidade, será necessário aplicar a melhor maneira de inibir ou estimular a fecundidade, conhecer a frequência com que certas doenças atacam a população, etc.). Essa manifestação política de cuidar e de “fazer viver” regulam o que acontece com o indivíduo não somente como corpo vivo, mas como a expressão do poder no qual não visa apenas lhes dá condições apropriadas de bem-estar ou diminuir os efeitos decorrentes dessa interação, mas determinar sobre a própria existência humana, este ponto assinala o objetivo essencial que caracteriza a biopolítica, sob este aspecto do

poder sobre a vida que sustenta a política moderna. Investimento que o poder faz sobre a vida, trata-se de uma estratégia política que visa normalizar os comportamentos do homem-espécie, é a população, segundo Foucault (2008a, p. 86) “com seus fenômenos e seus processos próprios” que entrarão nos cálculos da economia política.

Medicalização dos corpos: o caráter social da medicina como mecanismo de controle biopolítico

Com o desenvolvimento do controle da biopolítica sobre a vida dos sujeitos fez-se necessário a organização de intensos e complexos dispositivos de controle que contornassem os problemas em torno do corpo social. A formação desse poder implicou buscar novos aparatos com intuito de governar as populações em seus mínimos e infinitos detalhes, em consequência desse poder foi a implantação de mecanismos, de técnicas e estratégias que além de envolver a vida do homem-espécie nessa teia da ação governamental a monitoram e manipulam. Com estas medidas ocorreram significativas mudanças no campo social as quais proporcionaram intensas rupturas no modo como pensar e relacionar as políticas que abrem caminhos às tecnologias de poder que dominam e planejam algo muito mais problemático, re-inventam a Vida. Aspecto que possibilitou a mutação desse poder e que re-modelam nosso entendimento sobre o humano, efeitos do poder que regulam a vida dos indivíduos. A este tipo de poder característico das sociedades ocidentais contemporâneas importa reduzir e controlar ao máximo as eventualidades dos processos biológicos da população.

Expor as condições nas quais o corpo social representa e sofre riscos. Riscos para a própria manutenção social tanto em nível econômico quanto produtivo e posteriormente à vida. Como as doenças, as taxas de natalidade, a mortalidade, a circulação do ar, da água, a existência de pântanos, mas também sobre a regulação da sexualidade. Enfim, tão enfatizados anteriormente, são problemas que acompanham a população. Isto significa intervir nas condições onde se encontra esse corpo, mas além disto impor uma regularidade sob o sujeito, o que deve-se fazer para melhorar e prolongar a vida, são questões que entram no domínio médico. Estas influências que

estrategicamente a biopolítica exerce faz ampliar sua eficiência em administrar os corpos.

A preocupação com a manutenção da sociedade tornou-se central para as tecnologias de poder que se desenvolveram depois que a vida biológica dos indivíduos foi capturada pelas estratégias governamentais da biopolítica as quais posicionam no interior dessa conjuntura política, o indivíduo, onde o poder investe. Diante destes problemas que acompanham o homem-espécie, desses fenômenos que a ação da biopolítica procura a todo instante controlar, da preocupação em manter o bem-estar da população que possibilitou segundo Foucault:

A introdução de uma medicina que vai ter, agora, a função maior da higiene pública, com organismos de coordenação dos tratamentos médicos, de centralização da informação, de normalização do saber, e que adquire também o aspecto de campanhas de aprendizado da higiene e de medicalização da população. (FOUCAULT, 2005, p. 291)

Vê-se, então, que o principal aspecto da medicina foi ter a função de uma higiene pública que além de tratar as doenças realizam um processo de medicalização da sociedade, ou seja, submeter as ações dos sujeitos à autoridade de uma medicina social. Onde a gestão da vida, dos corpos passaram a integrar os discursos sobre o cuidado que devem ter para manter o corpo em condições adequadas ao sistema de produção capitalista. Neste caso a medicina adquire uma posição política com intuito de governar as condutas, pois, o poder médico sob a ótica da normalização invadiu o tecido social. Foi um fator determinante às políticas de promoção ao bem estar da população, assim, todas as dimensões da vida foram medicalizadas.

O caráter da medicina em meados do século XVIII, com a entrada da vida nos limites do poder biopolítico ampliou-se e estendeu seu discurso para além de curar as doenças ou se preocupar somente quando atacava os indivíduos, mas agia no foco antes do problema surgir. Assume, então, agora um caráter social permitindo-lhe intervir nas questões da higiene, o cuidado com o corpo, a saúde, etc. ou seja, visa antecipar-se a esses problemas que atingem a população. Dessa forma, quanto mais conhecimento ela tem sobre o funcionamento biológico do homem-espécie maior sua

capacidade de administrar o corpo social, a vida foi medicalizada, os corpos, a consciência humana foi medicada pelo poder da medicina, segundo Foucault (1998, p. 197) “o imperativo da saúde é um dever de cada um e objetivo geral”. Ou seja, para a eficácia dessa política da saúde e gestão da vida o discurso que o conhecimento médico produziu foi fundamental para os processos de normalização social dos comportamentos dos indivíduos.

A prática médica como uma estratégia da biopolítica para administrar a vida em sua multiplicidade representa mais que uma autoridade, representa as atitudes que os indivíduos devem ter com seus corpos, isto é, inserir uma “moral do corpo”. Enfim, o autor expõe o discurso sobre a medicalização da população no qual teve um papel preponderante no controle social permitindo que a biopolítica se expandisse, pois de acordo com Foucault:

O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia bio-política. (FOUCAULT, 1998, p. 80)

Esta mudança de perspectiva em relação a uma nova configuração do poder levantada por Foucault, delineia os primeiros alvos de um saber sobre a vida no qual foi crucial para que o poder médico fosse inserido no horizonte da biopolítica, um cálculo de governo da vida. A partir disto, vemos a emergência de um acompanhamento e intervenção massiva voltada a manutenção da saúde da população.

A medicina neste sentido ocupou um status soberano dentro das estratégias biopolíticas para a medicalização da população onde seu saber representa a legitimidade de uma verdade científica. Surge como forma de organizar os padrões de normalidade lança seu olhar sobre a vida dos sujeitos para dar conta e atender significativamente a sociedade, pois, por todos os lados é evocado um poder em nome do bem-estar, da higiene, da saúde, a qual torna-se um produto. Transformaram-na

num ideal, um objetivo, um bem que deve ser constantemente cuidado, medido e, calculado sob o discurso de que em todos os níveis há problemas e precisa ser medicalizado antes de pôr a população em risco.

A influência que o discurso médico tem sobre a população invadiu um campo que mexe com a mente e influenciam o comportamento dos indivíduos. Um poder que se qualifica a dizer a “verdade”, desde estabelecer regras morais da sexualidade à construção de subjetividades, ou seja, exige que os próprios indivíduos tenham uma preocupação com o corpo. Assim, o controle das doenças, a duração de vida, a saúde, etc., viraram objetos no qual o poder se apropria para atingir não uma faixa de indivíduos mas todo o social (população). Foram estratégias para manter o domínio sobre o corpo vivo, isso implica um poder que se encarrega de cuidar tanto do indivíduo quanto das coletividades, levando em consideração as irregularidades do meio como o próprio espaço urbano⁷ que segundo Foucault, é o meio mais perigoso para a população. São alguns fatores que influenciam o exercício do poder médico sobre a população com função, segundo Foucault de intervenção e controle social, pois:

[...] na medida em que a medicina vai ser uma técnica política de intervenção, com efeito de poder próprios. A medicina é um poder-saber que incide ao mesmo tempo sobre o corpo e sobre a população, sobre o organismo e sobre os processos biológicos e vai, portanto, ter efeitos disciplinares e efeitos regulamentadores. (FOUCAULT, 2005, p. 302)

A consolidação do poder do saber da ciência médica se mantém vinculada ao processo de socialização do corpo onde o trabalho da medicalização que se realizou na sociedade compreende a produção do conhecimento que os médicos tiveram sobre a vida dos indivíduos e que lhes deu autoridade de agir sobre o espaço social. Aspecto que ressalta a instauração de uma autoridade médica voltada a interesses econômico-políticos. Pois, de acordo com Foucault (1998, p. 203) “O médico se torna o grande

7 “A localização dos diferentes bairros, sua umidade, sua exposição, o arejamento total da cidade, seu sistema de esgoto evacuação de águas utilizadas, a localização dos cemitérios, dos matadouros, a densidade da população, constituem fatores que desempenham um papel decisivo na mortalidade e morbidade dos habitantes. A cidade com suas principais variáveis espaciais aparece como um objeto a medicalizar” (FOUCAULT, 1998, p. 201)

conselheiro e o grande perito, se não na arte de governar, pelo menos na de observar, corrigir, melhorar o 'corpo' social e mantê-lo em um permanente estado de saúde".

Considerações Finais

Sob estas indagações, cujas forças biopolíticas interferem e intensificam os processos da vida biológica, que, propomo-nos levantar a questão do sujeito como elemento decisivo nesta discussão sobre o limiar que constitui a relação da vida com a política moderna e seus dispositivos no qual o sujeito encontra-se enredado. Pois, passamos de um Estado territorial ao Estado administrativo, um governo que controla e regula as populações por meio dos dispositivos de poder que capturaram os processos biológicos do homem-espécie.

Entretanto, os contornos que Foucault faz quanto a essas dimensões que cercaram todo pensamento moderno ganham fundamental notoriedade e visibilidade. A compreensão destas categorias demarca o lado oculto das verdades, das práticas que sempre encontravam-se fora das grandes questões tanto filosóficas quanto sociais, o que ele pontua como "saberes assujeitados" faziam parte das categorias dispensáveis, de certa maneira, ao conhecimento, isto até determinado momento, pois com a descoberta do corpo enquanto máquina produtiva, ele passou a ser objetivado por esta configuração das técnicas de poder e esses saberes locais aparecem como pontos cruciais em seus escritos. Quer dizer, apontam uma realidade, uma mudança na transformação dos discursos no qual o poder passa a articular a vida dos indivíduos, perspectiva que ajudou a descentralizar a ideia de poder concentrado verticalmente. Optando, dessa forma, pelo método arqueológico e genealógico cujo intuito era fazer perceber horizontalmente essas relações periféricas, como estão organizadas social e politicamente, e mapear suas continuidades e rupturas ocasionadas pela entrada de problemas relacionados a população.

O pensamento de Michel Foucault é permeado por questões envolvendo engajamentos políticos, sua filosofia crítica parte do pressuposto, para compreender o sujeito, de que o poder não está limitado numa instituição, tampouco, numa entidade proclamada soberana, mas existem práticas, estratégias, mecanismos, dispositivos que capturam a vida e suas necessidades biológicas como: a reprodução, a longevidade, a

natalidade, transformando-as em problemas que devem ser corrigidos e administrados com total minúcia e eficácia. Criam-se diversos aparatos que imperceptivelmente controlam e produzem sujeitos.

Considerando que os modos de administrar os fenômenos sociais estão situados na ótica da relação entre política e vida a qual tornou-se responsável pelo gerenciamento do corpo coletivo e suas nuances biológicas. Neste sentido, pensa-se até que ponto esse conhecimento da medicina pode intervir no funcionamento das capacidades da vida? Até que ponto podem reconfigurar o que entendemos por vida, corpo ou a própria concepção de humano? Nesta prerrogativa perguntamo-nos qual intuito de um investimento maciço sobre a vida? O que somos e o que podemos vir a ser com esta intervenção médica, com as intervenções dos dispositivos de segurança pelo qual controlam o próprio meio? Não que este reconhecimento do poder sobre a vida seja totalmente cego e negativo, mas a preocupação são os limites dessa intervenção. Perguntas que nos levam a incertezas sobre o futuro, no entanto, mais uma vez dispomos de Foucault para acalentar essas incertezas, quando Foucault nos fala que o poder produz saber e positividade, é nesta questão que apoiamo-nos à busca de novos campos à compreender essas tensões causadas pela captura da vida nos cálculos do poder.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua I - Tradução de Henrique Burilo. Belo Horizonte: editora UFMG, 2002.

_____. **O que é contemporâneo? e outros ensaios** - Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

BAUDELAIRE, Charles. **As flores do mal**. Tradução de Ivan Junqueira. Rio de Janeiro. Ed. Especial – Nova Fronteira. 2012. p. 93.

CANDIDO, Luiz Felipe Martins. **Genealogia da biopolítica**: uma leitura da analítica do poder em Michel Foucault. 2013, total de folhas 240. Dissertação de mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais 2013.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**: Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro. 13 Ed. Graal. 1998a.

_____. **O nascimento da medicina social.** In. FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder: Organização e tradução. Roberto Machado. Rio de Janeiro. 13 Ed. Graal. 1998b, p. 79-98.

_____. **Soberania e Disciplina.** In. FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder: Organização e tradução. Roberto Machado. Rio de Janeiro. 13 Ed. Graal. 1998c, p. 179-192

_____. **A política da saúde no século XVIII.** In. FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder: Organização e tradução. Roberto Machado. Rio de Janeiro. 13 Ed. Graal. 1998d, p. 193-208.

_____. **Vigiar e punir. Nascimento da prisão:** Tradução. Raquel Ramallete. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.

_____. **Em defesa da sociedade:** Curso dado no Collège de France (1975-1976). Tradução. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2005.

_____. **Segurança, Território, População:** Curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução. Eduardo Brandão. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2008a.

_____. **O nascimento da biopolítica:** Curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução. Eduardo Brandão. São Paulo: 1º Ed. Martins Fontes, 2008b.

_____. **História da sexualidade I: A vontade de saber** Tradução. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2009.

_____. O sujeito e o poder. In: Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. **Michel Foucault.** Uma trajetória filosófica: Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução: Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **A ordem do discurso:** Aula inaugural no Collège de France em 2 de Dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo. 5 ed. Edições Loyola. 1996.

_____. **Estratégia, Poder-Saber** (Coleção Ditos & Escritos IV) 2º. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.